



FLUXOS E INFORMAÇÕES NA
ECONOMIA SOLIDÁRIA

4

Produção agroecológica
e cadeia solidária

FLUXOS E INFORMAÇÕES NA
ECONOMIA SOLIDÁRIA

4

Produção agroecológica
e cadeia solidária

Uma publicação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)
Rio de Janeiro, 2011

COORDENAÇÃO

Daniel Tygel e Eugênia Motta

TEXTO

Paulo Petersen e Idalina Boni

INFORMAÇÕES SOBRE OS CASOS

Pólo da Borborema – Paulo Petersen
(AS-PTA)

Justa Trama – Idalina Boni

REDAÇÃO FINAL

Ibase

REVISÃO EDITORIAL

Flávia Mattar

REVISÃO

Ana Bittencourt

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Guto Miranda

ILUSTRAÇÕES

Fábio Tenório

TIRAGEM

1.000 exemplares

Distribuição dirigida

Pedidos de exemplares:

Ibase

Av. Rio Branco, 124, 8º andar
Centro CEP 20040-916
Rio de Janeiro – RJ
www.ibase.br
Tel.: (21) 2178- 9400
Fax: (21) 2178- 9402

PARCERIAS

AS-PTA/Justa Trama/Cáritas Brasileira/Centro Nacional de Formação em Economia Solidária/Centros Regionais de Formação em Economia Solidária/Secretaria Nacional de Economia Solidária – Ministério do Trabalho e Emprego/Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fórum Brasileiro de Economia Solidária/Instituto Marista de Solidariedade

REALIZAÇÃO

ibase30.

PATROCÍNIO

BR PETROBRAS

**PROGRAMA
PETROBRAS
DESENVOLVIMENTO
& CIDADANIA**

Sumário

Apresentação	5
Parte I: Produção Agroecológica – O caso do Pólo da Borborema	7
Estratégias	8
A luta contra o agronegócio: a fumicultura	10
Fluxo da informação: autonomia ou dependência	14
Conquistas e Desafios	15
Exercícios	16
Parte II: Cadeia solidária – O caso O Caso da Justa Trama	17
Fluxo de produção	17
O preço justo	19
Fluxo de saberes	21
Fluxo de vendas	22
Conquistas	23
Gargalos e desafios	23
Exercícios	23

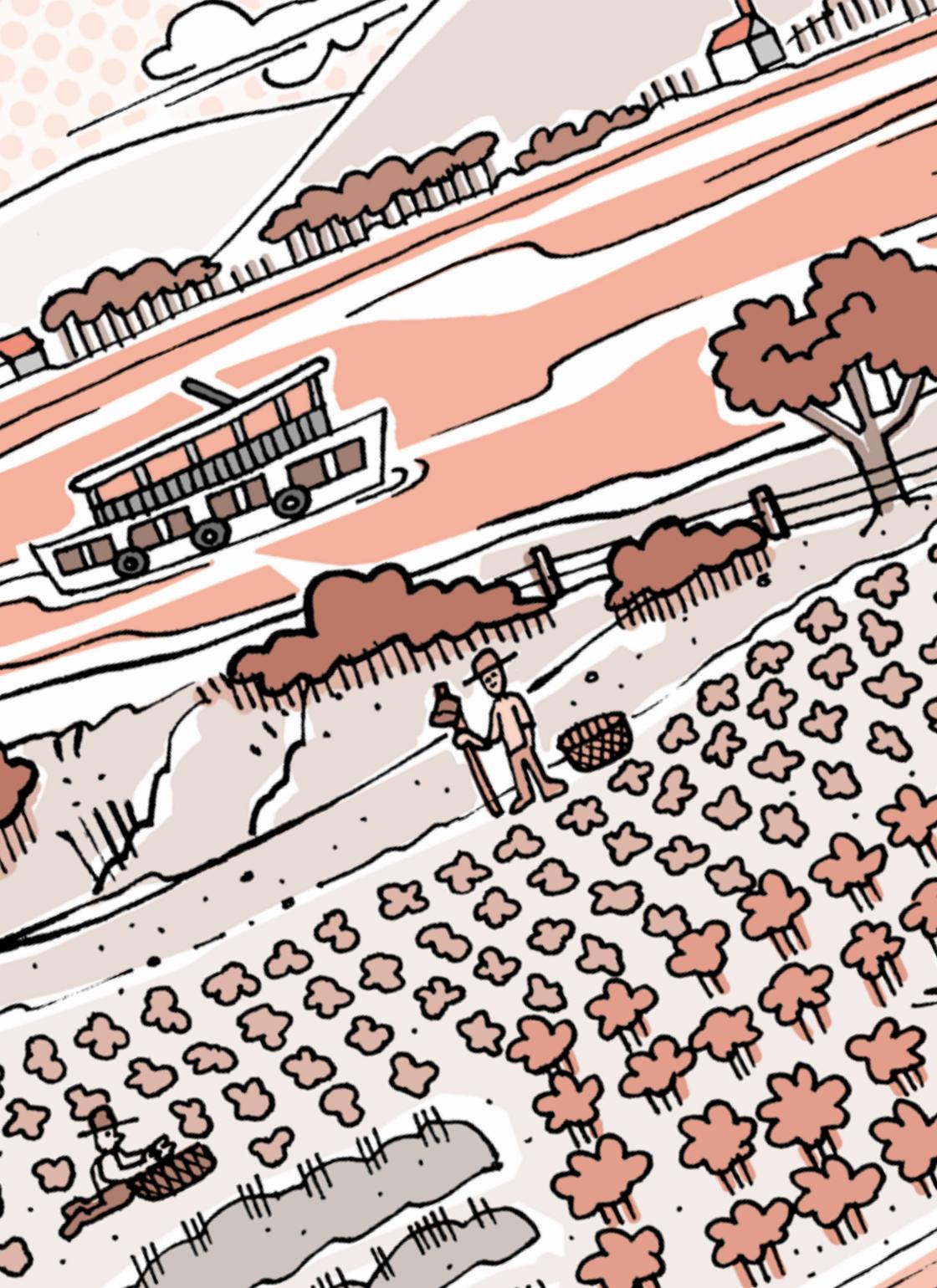
Apresentação

Esta cartilha tem como temas a Produção agroecológica e a cadeia solidária. É a quarta de uma série que apresenta soluções e desafios encontrados por empreendimentos da economia solidária em diferentes partes do Brasil com um olhar para sua gestão e fluxos.

A produção é tratada a partir da experiência do Pólo da Borborema, no agreste paraibano. Lá a agricultura familiar vem se fortalecendo, com muita luta, há pelo menos 20 anos, por meio de iniciativas de sindicatos, associações de produção e ONGs. Este caso mostra a importância de iniciativas que fortaleçam o modo de produzir agroecológico e como políticas públicas podem favorecer este processo, por exemplo, na criação de mercados. A vivência do Pólo também mostra como é possível se contrapor ao avanço do agronegócio, com sua lógica de acumulação, desrespeito aos direitos e destruição do meio ambiente.

Já o caso da Justa Trama ilustra a importância dos fluxos de informação, saberes e, principalmente, de poder, para o estabelecimento do preço justo no funcionamento de uma cadeia produtiva (no caso, do algodão). A iniciativa abrange empreendimentos em quatro regiões do país e tem como marca a participação solidária de seus associados. É esta participação, aliada à transparência e democracia de gestão, que possibilita o estabelecimento de preços justos ao longo de todo o processo produtivo, da colheita da matéria-prima até a venda final para o consumidor.

No final de cada caso, são apresentadas sugestões de exercícios, para que as experiências possam ser compartilhadas por diferentes empreendimentos e organizações. Boa leitura!



O Caso do Pólo da Borborema

O Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, ou simplesmente Pólo da Borborema, no agreste da Paraíba, representa a luta por autonomia e renda para milhares de famílias agricultoras da região. O Pólo é uma articulação de organizações da agricultura familiar formada por 15 sindicatos de trabalhadores (as) rurais, aproximadamente 150 associações comunitárias e uma organização regional de agricultores ecológicos. Atuando em diversas frentes, desenvolve programas de apoio à transição agroecológica junto às comunidades rurais.

O território de abrangência do Pólo espalha-se por 15 municípios, a meio caminho entre o litoral e o sertão paraibano – característica que favorece uma grande diversidade de climas, solos e vegetação. De lá saem alimentos como a macaxeira, variedades de feijão, milho, genipapo, coentro, pimentão, entre muitos outros, produzidos conforme os princípios da agroecologia.

Nascido em 1993 – e herdeiro de lutas por direitos camponeses que remontavam a décadas – o Pólo, desde seu início, estabeleceu princípios norteadores de seu trabalho. Foram e são importantes o resgate e valorização do conhecimento das famílias agricultoras; o partilhar de experiências entre os produtores; o estímulo à gestão coletiva de recursos por meio de fundos rotativos e solidários, entre outras ações.

Esta é uma luta que deu e vem dando resultados em defesa da agricultura familiar e seus modos de produzir -- o que inclui muita resistência a formas subordinadas de produção, particularizadas na Borborema pela fumicultura, como se descreverá nas páginas de 12 a 14. A vivência do Pólo nos ensina muito sobre o valor da mobilização social, mas também dos fluxos de produção, de saberes, de experiências e de comercialização em um sistema produtivo justo e que respeita a dignidade humana.

Estratégias

O Pólo desenvolve programas de formação agroecológica a partir de diferentes eixos ou temas mobilizadores (sempre procurando influir nas políticas públicas). São eles: sementes, água, criação animal, cultivos ecológicos, saúde e alimentação e acesso aos mercados. Vale a pena detalhar estas experiências.

Sementes

Os agricultores familiares da região da Borborema desenvolveram uma série de estratégias de uso e conservação das variedades de sementes locais. Este patrimônio genético formado por centenas de variedades de milho, feijão, macassa, fava, mandioca, amendoim, coentro, jerimum, fruteiras, plantas forrageiras e outras é responsável pela maior capacidade de convivência com o semiárido e pela segurança e soberania alimentar das famílias agricultoras. Dessa forma, as famílias garantem a reprodução das variedades que melhor se adaptam às condições locais. No estado da Paraíba estas sementes recebem o nome de sementes da paixão pelo apego e carinho com que são plantadas e colhidas, a cada ano.

Frente às ameaças colocadas para a conservação da agrobiodiversidade e às dificuldades de abastecimento de sementes, o Pólo da Borborema, em parceria com a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), estimula a organização de Bancos de Sementes Comunitários (BSC) para reforçar as estratégias familiares de estocagem. Há na região uma rede de 80 bancos de sementes com a participação de 3.200 famílias que armazenam anualmente um estoque de mais de 32 toneladas de sementes.

Água

No passado não havia políticas de acesso aos recursos hídricos para a agricultura familiar (havia apenas a promoção da construção de açudes e poços nas grandes fazendas). O movimento em torno do Pólo da Borborema começou então a investir no aprimoramento de diversas estratégias de armazenamento de água como cisternas de placas, barreiros, barragens subterrâneas, tanques, curvas de nível, barreiras de pedras e reativação de poços antigos.

O movimento é crítico em relação às grandes obras, como a transposição do Rio São Francisco, apontando como melhor solução as estratégias locais de captação e armazenamento da água das chuvas.

Saúde e alimentação

A área da propriedade mais perto de casa, denominada na região da Borborema “arredor de casa”, tem tido um papel cada vez mais importante na produção de alimentos para o consumo da família e para a melhoria da renda. O arredor de casa ou quintal é onde se criam os pequenos animais como galinhas, perus, porcos, coelhos e outros; é onde se estabelecem diferentes fruteiras como acerola, goiaba, manga, cajá, caju e outras, disponibilizando frutas para o consumo da família e para beneficiamento e venda, inclusive nas regiões mais secas. É no quintal que estão as verduras como coentro, couve, quiabo e outras que **enriquecem a dieta das famílias** com vitaminas e ainda é o local onde são cultivadas as plantas medicinais.

Estas famílias produzem alimentos sem agrotóxicos em harmonia com a natureza. São principalmente as mulheres que planejam e trabalham neste espaço, desenvolvendo suas próprias habilidades para a agricultura e passando conhecimento para as novas gerações.

Acesso da Agricultura Familiar ao Mercado

A Feira Agroecológica de Lagoa Seca, a primeira do tipo na região, surgiu a partir da Campanha Natal Sem Veneno, organizado em 2000. A proposta foi depois expandida para Campina Grande e atualmente existem oito feiras agroecológicas no território. Além de estabelecerem uma importante rede de comercialização, elas ajudam a promover o debate e a politização dos agricultores e consumidores por uma agricultura sem venenos.

Fruto de toda essa organização foi criada depois a EcoBorborema, uma associação de certificação participativa. A partir da mobilização do Pólo conseguiu-se também criar outras oportunidades para a venda da produção dos agricultores, como o abastecimento da merenda escolar, hospitais e restaurantes populares, sobretudo através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, do governo federal).

Criação animal

Os animais de criação são importantes para a alimentação das famílias e também constituem uma poupança para hora de necessidade. Um dos principais problemas identificados neste campo foi a falta de alimento para os animais na época do verão: quando havia seca, muitos agricultores tinham que vender

o rebanho. Havia também outros problemas, como políticas públicas de incentivo à caprinocultura modernizada que traziam animais de longe, de raças melhoradas geneticamente que não eram adaptadas ao clima da região.

O Pólo começou então a trabalhar com a estocagem de forragem. No início havia três máquinas forrageiras que não davam conta da demanda na região. Os agricultores propuseram então a criação de algumas políticas públicas de âmbito territorial e hoje já há 65 comunidades trabalhando com silos para estocagem de forragem, através de mutirões. Já conseguiram 9 máquinas forrageiras e ensiladeiras, bem como máquinas para a confecção de telas.

Além da estocagem, o Pólo tem trabalhado no resgate de raças locais.

Cultivos ecológicos

O trabalho do Pólo neste tema teve início com experiências de arborização, tanto através de cercas-vivas, como na constituição de pomares e plantio de árvores nativas e frutíferas nos roçados. A disseminação das feiras agroecológicas foi um impulso importante no desenvolvimento da agroecologia na região.

A eficiência de técnicas agroecológicas vem sendo demonstrada na prática, quando, por exemplo, do aparecimento da mosca negra, que levou a Secretaria de Agricultura do estado a iniciar um programa de aplicação maciça de um inseticida em todos os plantios de citros na região. Na ocasião, conseguiu-se forçar um debate público quando ficaram evidentes a ineficácia e os perigos do uso generalizado de venenos -- o que está levando os órgãos estaduais a recuar em sua estratégia de promoção do agrotóxico.

A luta contra o agronegócio: a fumicultura

Embora a trajetória evolutiva do Pólo na defesa da agricultura familiar camponesa demonstre avanços significativos em vários planos, ela não se faz sem enfrentamentos permanentes com atores sociais que defendem a expansão do modelo agrícola baseado na lógica econômica do agronegócio. Nesse sentido, o território da Borborema apresenta-se para o Pólo como um espaço em disputa, no qual as redes de inovação agroecológica surgem como expressões de resistência camponesa.

Uma experiência que ilustra bem as contradições do avanço do agronegócio é a entrada da fumicultura na Borborema. Ela mostra como o padrão técnico e econômico do agronegócio promove a desconexão da agricultura e o território – caminho oposto ao trilhado pela Agroecologia.



A fumicultura – e seu complexo agroindustrial, representado por uma famosa indústria deste setor -- chegou à região como uma promessa de prosperidade pela garantia de renda para a agricultura familiar. A fumicultura teve uma rápida expansão no território, em virtude das crescentes dificuldades econômicas impostas à agricultura familiar pelo aumento dos custos de produção e pela queda dos preços e dificuldade de venda de seus produtos tradicionais.

Para se contrapor à fumicultura e demonstrar que suas aparentes vantagens (principalmente a renda gerada) eram, na verdade, desvantagens, o Pólo apoiou um estudo que comparou as famílias que produzem com base ecológica e aquelas que produzem seguindo as receitas técnicas da agroindústria.

De fato, quando as economias de famílias agricultoras da região são analisadas, nota-se que a produção de fumo assegura uma renda relativamente expressiva para as famílias que optam pela atividade. A renda bruta anual de uma família que produz para a indústria era, no momento do estudo, de R\$ 18.245,00, superior à renda obtida, por exemplo, por aquelas que produzem em sistemas integrados às feiras Agroecológicas (R\$ 13.800,00).

Mas quando a análise comparativa entre essas unidades familiares é detalhada, essa primeira impressão logo se desfaz. Na verdade, a maior parte da renda gerada pelo trabalho da família fumicultora não fica com ela, mas se destina a arcar com as despesas para reproduzir o sistema produtivo (custos dos insumos, amortização de dívidas, etc...). Ou seja: de uma renda de R\$ 18.245,00, mais da metade (R\$ 10.000,00) era gasta com insumos, deixando a família, no final, com uma renda líquida de R\$ 8.245,00.

Já as famílias que produziam para as feiras Agroecológicas tinham uma renda menor, mas seus gastos com insumos (por não utilizarem agrotóxicos, por estarem em cadeia solidárias etc) também eram menores. Assim, da renda inicial de R\$ 13.800,00, apenas R\$ 1.812,00 eram gastos com insumos, sobrando uma receita líquida de R\$ 11.988,00 – superior, portanto, ao oferecido pela fumicultura. Esta comparação foi feita também com outras famílias que produzem com base agroecológica, e os exemplos concretos mostraram, todos, as desvantagens de se integrar ao complexo agroindustrial do fumo.

Gráfico 1: Rendas brutas anuais geradas por quatro diferentes unidades de produção familiares no agreste da Paraíba (Fonte: AS-PTA)

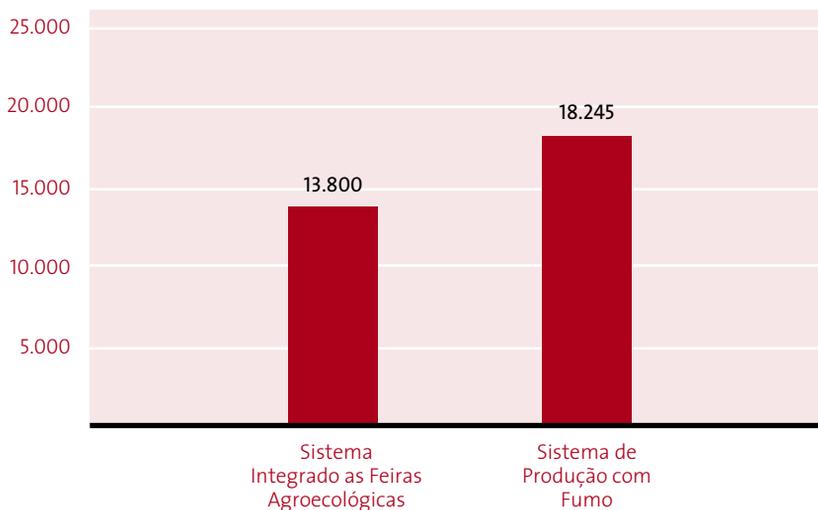
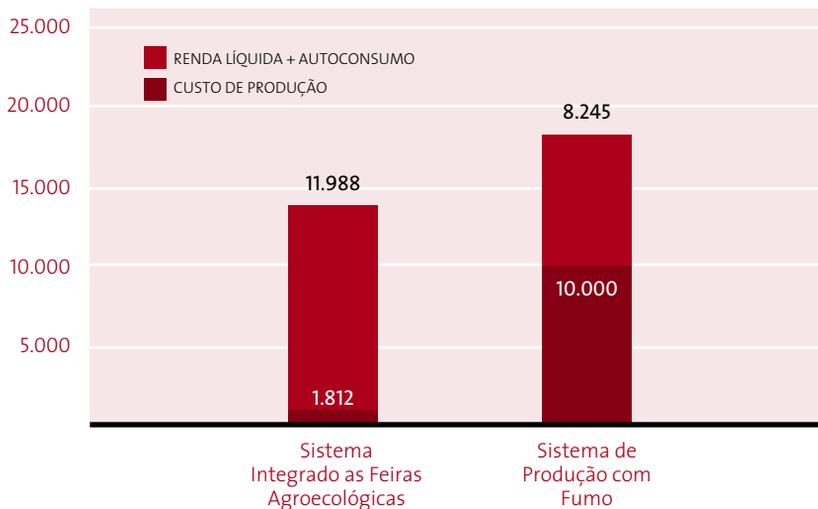


Gráfico 2: Rendas líquidas e custos de produção de quatro unidades de produção familiar no agreste da Paraíba (Fonte: AS-PTA)



Essa análise comparativa demonstra que o caminho da especialização produtiva e da vinculação a cadeias agroindustriais não é uma alternativa viável para o enfrentamento da crise da agricultura familiar. Pelo contrário, trata-se de um caminho que só acentua a crise, além de retirar as margens de autonomia que as famílias usam para conviver com as dificuldades econômicas que vivenciam.

Ao especializar a produção, a família fumicultora passou a depender da compra de crescentes quantidades de insumos industriais e da venda de sua produção exclusivamente para uma empresa (que define unilateralmente o preço do produto). Além do mais, a alta exigência de trabalho para manter a lavoura do fumo, sobretudo na época de colheita e secagem, faz com que os fumicultores sejam obrigados a contratar trabalhadores em suas comunidades e que abandonem outras atividades econômicas, inclusive aquelas responsáveis pela produção dos alimentos consumidos por suas famílias. Dessa forma, passam a ter que empregar parte importante das rendas que conseguem com a venda do fumo para remunerar o trabalho de terceiros e para comprar alimentos, duas **práticas pouco relevantes em economias tipicamente camponesas**.

Outra consequência da opção pela fumicultura é o efeito negativo sobre a saúde das famílias. Além de terem que se submeter a atividades exaustivas, os trabalhadores da fumicultura são condicionados a manusear agroquímicos altamente tóxicos. Não é sem razão que graves quadros de saúde pública sejam comuns em todas as regiões produtoras de fumo.

Percebe-se, portanto, que a autoproclamada modernização da agricultura não moderniza as condições de vida da agricultura familiar. Limita-se à introdução de tecnologias industriais e a substituição da racionalidade camponesa de gestão econômica por uma lógica empresarial que subordina as famílias agricultoras aos interesses de grupos do agronegócio.

Fluxos de produção: autonomia ou dependência

As famílias agricultoras que mantêm seus sistemas diversificados e que comercializam em mercados locais mantêm uma relativa autonomia com relação aos mercados: não necessitam de comprar boa parte de seus alimentos nem dos insumos necessários para a produção; não necessitam pagar mão de obra externa já que o trabalho é realizado pela própria família ou por meio de mutirões ou sistemas de troca-dia organizados na própria comunidade. Ou seja: parte importante das necessidades da

família é obtida fora dos mercados (circuitos não-monetarizados). Essa forma de organizar a economia familiar é típica do modo camponês de produção e coincide com princípios da Economia Solidária.

A maior parcela da riqueza gerada pelo trabalho na agricultura familiar camponesa é apropriada pelas próprias famílias e esses recursos são investidos em seus projetos de futuro, com repercussões positivas para o desenvolvimento do território. Já as famílias fumicultoras são obrigadas, ano após ano, a transferir parcela significativa de suas rendas para fora do território para arcar com compromissos assumidos para financiar seu sistema de produção.



Conquistas e Desafios

As experiências de promoção da Agroecologia estimuladas pela ação do Pólo da Borborema alinham-se às lutas históricas da agricultura familiar no território e estão voltadas para a construção de crescentes graus de autonomia das famílias e comunidades rurais. Os resultados dessas experiências indicam que **a agricultura familiar tem um papel decisivo a assumir no desenvolvimento do território**. Mas o caminho para que esse papel seja assumido pela agricultura familiar não é o da modernização técnica e da disseminação da lógica econômica empresarial (especialização produtiva, economia de escala, etc...) em meio às comunidades rurais. Esse caminho passa pela reconexão ecológica e econômica da agricultura familiar aos territórios em que ela se desenvolve, ou seja, de construção ou reconstrução de fluxos que favoreçam a autonomia dos agricultores.

Isso implica a necessidade de **profunda revisão em diversas políticas públicas concebidas especificamente para a agricultura familiar**. Em vez de estimular processos de modernização tecnológica que, na verdade, implica em dependência econômica ao agronegócio, as políticas deverão estimular a diversificação produtiva e a adoção de sistemas tecnicamente autônomos baseados no manejo dos recursos naturais e na produção local dos insumos produtivos. Em vez de induzir a especialização produtiva e a integração (subordinada) da agricultura familiar a cadeias produtivas dominadas por complexos agroindustriais, as políticas deverão estimular a ampliação dos mercados locais como principais canais para o escoamento da produção diversificada das famílias e comunidades rurais, estabelecendo fluxos de produção que favoreçam os mercados locais.

A experiência do Pólo mostra, por fim, a importância do protagonismo dos agricultores na leitura da realidade: o conhecimento acerca dos vários tipos de agricultura presentes na região evidenciam para as lideranças e organizações os principais problemas enfrentados e as diversas saídas que podem ser experimentadas. A experiência também mostra a relevância de os agricultores serem sujeitos dos processos de construção do conhecimento. Isto fortalece o Pólo, as famílias e seus modos mais diversos e justos de produzir, comercializar e viver.



Exercícios

- 1) Observando o produto do seu empreendimento, identifique com seus companheiros e companheiras de onde vem cada um dos insumos, ou seja, como chegou a vocês cada uma das coisas que são necessária para fazer aquilo que se vende. Faça um desenho mostrando com setas.
- 2) A partir do desenho pense como o fluxo de produção do seu empreendimento se integra a outros atores do mercado. É a melhor forma de funcionar? O que pode ser melhorado?
- 3) Pesquise na sua cidade de onde vem a maior parte dos alimentos que as pessoas consomem. Como os comerciantes escolhem os produtos? Como as pessoas escolhem o que vão comer? Em que tipo de fluxo a comida na casa de cada pessoa se insere? Num mais parecido com o da fumaça (integração subordinada ao mercado) ou mais parecido com dos produtores agroecológicos?

O Caso da Justa Trama

A Justa Trama é uma cadeia produtiva solidária que manuseia o algodão desde sua plantação até a confecção de roupas, acessórios e brinquedos de pano. Ao todo são em torno de 700 associados, atuantes na agricultura familiar, fiação, tecelagem, confecção e artesanato. Organizada em cooperativas e associações produtivas, a cadeia estende-se por 5 Estados : Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Rondônia e Ceará.

A Justa Trama baseia-se nos princípios da solidariedade e cooperação, da sustentabilidade ambiental e do comércio justo. Estes princípios orientam o trabalho desde a colheita da matéria-prima (algodão), até a relação com o consumidor. Nesta experiência, o fluxo de produtos e de informações é muito importante, até porque as distâncias que separam os empreendimentos são grandes – a Justa Trama atua em quatro regiões do País! Se acessórios são produzidos em Rondônia (com sementes da Amazônia), as peças finais são confeccionadas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo!

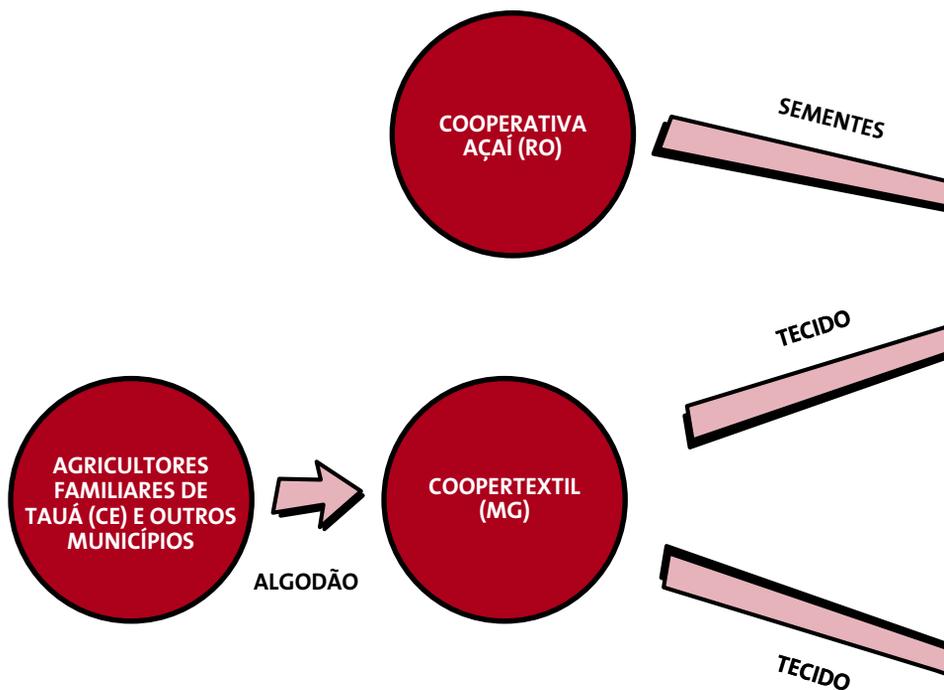
E isto dentro dos parâmetros da economia solidária e da agroecologia. Neste sentido, a formação do preço justo, a partir de muito diálogo, é um ensinamento da Justa Trama, como se verá nas próximas páginas. Participação, transparência e compartilhamento de poder são palavras-chave que guiam esta bem-sucedida experiência.

Fluxo de produção

O consumidor que compra uma peça da Justa Trama sabe que está contribuindo para um processo sustentável e solidário, no qual a cooperação vai do primeiro ao último elo da cadeia. O algodão agroecológico é cultivado e colhido empregando técnicas de conservação do solo e da água, valorizando

a biodiversidade, sem uso de agrotóxicos. A produção, feita por agricultores familiares, é centralizada em Tauá (CE), mas estende-se por nove municípios.

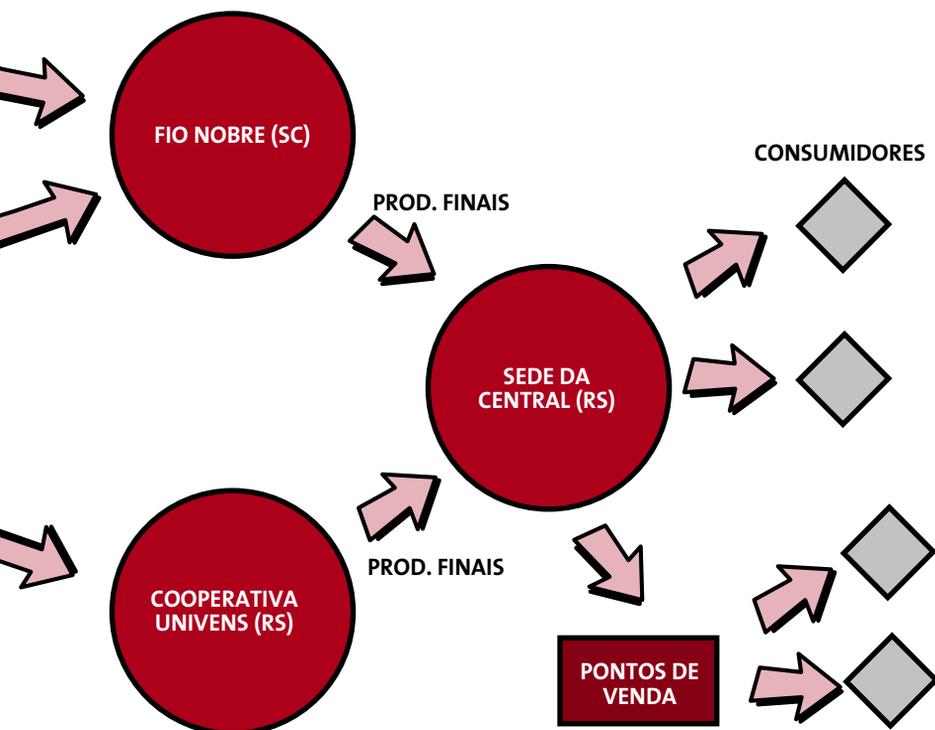
Colhido o algodão, o material é remetido para a fase de fios e tecidos, feita em Pará de Minas (MG) por uma cooperativa, a Coopertextil. De lá o tecido segue para a fabricação das roupas propriamente ditas, o que acontece em cooperativas de dois estados: na Cooperativa Fio Nobre em Itajaí, SC, com as roupas artesanais e na Cooperativa Univens em Porto Alegre, RS, com as roupas em série. E os acessórios vêm da cooperativa Açai, de Porto Velho (RO), onde mulheres e homens coletam e beneficiam sementes da Amazônia que se transformam em botões, colares e outros. Os produtos finais – como camisas, calças, camisetas, jogos, entre outros – são vendidos na sede da Central em Porto Alegre (RS), mas também em lojas de associados, pela Internet, feiras, como se verá adiante.



O preço justo

A gestão na cadeia da Justa Trama é coletiva: a direção é eleita pelos integrantes da cadeia e serve por um mandato de três anos. Fazem parte deste grupo diretivo um diretor presidente, um secretário, um tesoureiro, além de diretores de Formação, Comunicação e Relações Públicas. Compõem a estrutura, ainda, um Conselho Fiscal com três membros efetivos e três suplentes.

Este modelo pressupõe gestão, participação, transparência e democracia. E um momento importante disso é o da assembléia anual, que reúne todos os representantes das cooperativas associadas, envolvidas na cadeia. Este é um momento de intensa troca, onde se discute todos os aspectos de funcionamento da Justa Trama e o seu fortalecimento. Entram na pauta aspectos práticos, como a avaliação dos produtos, novas idéias do que se irá produzir, os investimentos necessários, mas também os aspectos políticos





da experiência: onde se quer chegar, os valores solidários, a relação com os consumidores, entre outros.

Neste sentido, estas reuniões amplas são espaços privilegiados para se discutir um aspecto fundamental do comércio justo e solidário: a formação de preço. **Na concepção da Justa Trama, o preço justo é aquele que remunera o trabalho de cada participante, por um lado, mas que também possibilita a colocação dos produtos nos mercados.**

E este é um diálogo que envolve toda a cadeia, afinal, trata-se de discutir a fonte de renda de cada integrante, mas dentro de uma proposta mais ampla de construção de uma nova economia, justa e solidária, onde cada representante traz a discussão realizada com sua cooperativa. É neste debate (que não acontece apenas na assembléia anual, mas no dia a dia dos empreendimentos) que se revela como cada pessoa pensa a qualidade de vida, suas necessidades e os valores correspondentes para seus sonhos. Valores e sonhos que variam conforme o empreendimento, a região, as condições locais.

Este é um processo que exige muito trabalho, participação e uma postura democrática. Cada elo da cadeia tem a liberdade de se organizar e discutir a definição de seus custos. Isto é, então, compartilhado com os demais componentes da Justa Trama, que trocam informações sobre suas planilhas, seus dados de produção, sua demandas – e neste diálogo são construídos critérios coletivos para a formação de preços. **Assim, cada empreendimento, e a partir do conhecimento de toda a cadeia, pode chegar a valores justos e consensuais de troca.**

Fluxo de saberes

A instância de poder (e a formação de preço é parte importante neste processo), é, pois, participativa, haja visto que as discussões são abertas e todos têm o direito de opinar. E a participação favorece a construção do saber, já que, no diálogo, os empreendimentos trocam seus conhecimentos e informações.

Os agricultores, por exemplo, expõem a outros elos da cadeia informações sobre o cultivo, suas dificuldades, as previsões de quantidades a serem produzidas, idéias para melhorar sua qualidade. Na ponta do têxtil, os integrantes compartilham estudos de mercado, apontando caminhos para tornar o algodão mais competitivo. Aqui o saber local é valorizado e disseminado: no processo todos se empoderam.

Fluxo de vendas

No Comércio Justo e Solidário busca-se uma relação direta com o consumidor solidário e este é parte fundamental do processo. Este consumidor tem consciência do que está comprando, e o faz a partir de seus princípios e valores. Assim, um dos lemas da cadeia é: “ao comprar uma roupa da Justa Trama estamos contribuindo para a consolidação de um desenvolvimento sustentável e solidário, em que a cooperação vai do primeiro ao último elo da cadeia: você”.

Para chegar a este consumidor diferenciado, a Justa Trama mantém diversos canais de venda de seus produtos finais, principalmente a partir de sua sede em Porto Alegre (RS). São roupas infantis, femininas, masculinas, camisetas unisex, brinquedos de pano e acessórios. Os principais clientes são os membros da economia solidária, que compram nas feiras. Outro foco importante são as compras corporativas, especialmente parceiros da economia solidária. Mas há ainda a venda via lojas de associados, as vendas internacionais para parceiros na Espanha e Itália, além do próprio *site* (www.justatrama.com.br).

DISTRIBUIÇÃO DE VENDA

Pequenos compradores - lojas que vendem produtos na linha do alternativo e natural, pequenos mercados: **3%**

Movimento, Lojas e Espaços de Economia Solidária: **10%**

Feiras: **40%**

Parceiros internacionais: **20%**

Vendas por *site* e para clientes individuais: **5%**

Vendas corporativas para parceiros de Economia Solidária: **22%**

O fluxo financeiro das vendas é administrado pela tesouraria da Central, que controla os pagamentos (para os elos da rede, conforme forem sendo efetuadas as vendas finais) e as saídas de mercadorias. Para este controle utiliza-se bastante o correio eletrônico e instrumentos como planilhas e o livro-caixa. A gerência é feita de modo transparente, de modo que os membros possam participar cada vez mais da gestão.

Conquistas

- ✓ Realização de debates políticos do que é e o que significa a Justa Trama. Só podemos construir outra economia se soubermos muito bem que sistema de renda não queremos e quais princípios nos são fundamentais.
- ✓ O processo de produção, comercialização e construção do preço como forma de empoderamento dos empreendimentos associados.
- ✓ O envolvimento do agricultor familiar na discussão não apenas da qualidade de seu produto, mas de aspectos de toda a cadeia, gerando troca de saberes e conhecimentos.

Gargalos e desafios

No campo da produção rural, a Rede tem incentivado os agricultores a agregarem valor a seus produtos. Este é um passo significativo a ser dado, por meio, por exemplo, da certificação (ter o produto certificado como orgânico o valoriza – para detalhes sobre este aspecto, veja cartilha 3).

Mas construir uma cadeia solidária do algodão, em um país de dimensões continentais como o nosso, já é, em si, o maior desafio de todos. É necessário vencer as barreiras das distâncias, do isolamento de certos empreendimentos, ao mesmo tempo em que é necessário incentivar a participação, a democracia e o empoderamento dos envolvidos.

Uma meta importante é, sempre, atender ao desejo do público, ao mesmo tempo em que criamos uma nova consciência. Pode-se dizer, até, que a Rede busca a criação de um novo tipo de moda, na qual as peças estão associadas a um modo de ver o mundo, mais justo e solidário. Se somos o que comemos, talvez possa-se dizer também que somos o que vestimos, o que consumimos, enfim. Neste sentido, ampliar a visibilidade de nossos produtos – associando-os aos valores da Justa Trama -- é sempre um desafio.



Exercícios

- 4) O que destes processos descritos nesta cartilha pode ser aproveitado por seu empreendimento ou organização?
- 5) Olhando para outros empreendimentos e organizações de sua região, quais são os elementos de união que poderiam contribuir para a construção de uma cadeia produtiva solidária?

- 6) Peça aos membros de seu empreendimento, em uma roda, que escrevam, em tarjetas, o que motivaria um cliente a consumir seus produtos. Em seguida, faça a leitura destes motivos. A partir deles, promova uma reflexão sobre como alcançar o cliente. Quais os principais desafios?
 - 7) O que é um Preço Justo para seu grupo?
 - 8) Desenhe com seu grupo qual o fluxo de produção do empreendimento. Ele é coletivo ou individual? Sua construção começa a partir de que etapa de produção (extração, plantio, compra de matéria prima, criação artesanal..)?
 - 9) Construa com seu grupo uma viagem sobre o empreendimento. O que faz; como vende; como define preços; como compra; o que usa para produzir; que impactos tem estas matérias primas; como divulga sua história e seu produto; como ocupa espaços e busca sua emancipação? A reunião pode ser feita, até, com fundo musical, favorecendo a leitura e a reflexão. Destaque os pontos mais importantes e debata com o grupo.
 - 10) Nosso organograma, ou o retrato da organização do empreendimento em um desenho, é importante para visualizarmos nossa organização e mostrar nossas ligações. Seu empreendimento já construiu um organograma? Faça coletivamente com papel pardo ou cartolina, desenhado em forma circular e com a opinião de todos. Isso ajuda ao grupo se visualizar.
-



Publicado sob licença Creative Commons – alguns direitos reservados



ATRIBUIÇÃO.
Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciente.



USO NÃO-COMERCIAL.
Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



PERMITIR A CRIAÇÃO DE OBRAS DERIVADAS

- Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos da licença desta obra.
- Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que Você obtenha permissão do autor.



REALIZAÇÃO

PATROCÍNIO



igase30.



BR PETROBRAS



PETROBRAS
PROGRAMA
DESENVOLVIMENTO
& CIDADANIA